

Colóquio

WHAT EDUCATION? Arquitectura, Ensino e Investigação

Coord. Gonçalo Canto Moniz

Raquel Geada Paulino,

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da UPorto [CEAU FAUP]

A ESCOLA DO PORTO E A UNIVERSIDADE (PÚBLICA E PRIVADA), 1979-2019

Desde a criação, em 1836, das Academias de Belas-Artes portuguesas até à contemporaneidade, o ensino da Arquitectura no Porto sofreu sucessivas transformações e reestruturações que foram sempre reflexo de circunstâncias políticas, sociais e disciplinares específicas. A cada circunstância ou *tempo cultural* esteve sempre associado um desígnio comum, a dignificação da profissão e a adequação do ensino da arquitectura às condições e desafios que se colocavam ao seu exercício, a que mais tarde se somou a democratização do ensino superior e, consequentemente do ensino da arquitectura.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 498-F/79, de 21 de Dezembro, o Governo criou a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [FAUP], determinando a integração do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto [ESBAP] no sistema universitário.

A inesperada criação da FAUP surgiu num tempo de profundo desassossego, tensão e conflitualidade instalado já desde 1977, como consequência de um conjunto de ações determinadas pelo então Ministro da Educação e Investigação Científica, Mário Augusto Cardia. Assim, apesar do ano de 1977 ter tido início com um acontecimento favorável à Escola do Porto, referimo-nos à criação, a 7 de Janeiro, da Comissão Científica Nacional Interuniversitária de Arquitectura [CCNIA], com a qual o Governo pretendia coordenar as reestruturações em curso nas duas Escolas de Arquitectura do país, criando uma plataforma propiciadora de uma troca de experiências com o objetivo de identificar uma estratégia e objetivos comuns que orientassem uma reformulação concertada do ensino da arquitectura no país, um conjunto de outros acontecimentos ameaçaram a consolidação do modelo de funcionamento e a exploração e aprofundamento da estratégia e projecto pedagógico que se vinha a construir desde o 25 de Abril de 1974. Referimo-nos ao pedido de reintegração de docentes e funcionários expulsos pela Escola, no contexto do processo de desfascização levado a efeito no período pós 25 de Abril, ameaçando as estruturas e práticas democráticas conquistadas; à publicação do Decreto-Lei n.º 781-A/76, na medida em que introduz alterações nas regras de constituição dos órgãos de gestão das instituições de ensino superior no país, designadamente na composição dos Conselhos Científicos; e, por fim, a decisão do Ministro de perante o reduzido número de membros do corpo docente da Escola com qualificações para integrar o novo Conselho Científico da ESBAP, nomear, um conjunto de elementos externos à Escola, oriundos das Faculdades de Letras e Engenharia da Universidade do Porto. Perante tal circunstância impunha-se como única resposta possível a qualificação do corpo docente, reconquistando por esta via a posição perdida no Conselho Científico, e o comando dos destinos da Escola e do curso de arquitectura.

Posteriormente, para além do júri que foi constituído para as provas de Habilitação para a Obtenção do Título de Professor Agregado, apresentadas por um conjunto de docentes da Escola ter originado novo momento

de profunda tensão, a nomeação por parte do então Reitor da Universidade do Porto, Campos e Matos, de uma Comissão Instaladora do novo curso de Arquitectura da FAUP alheia ao curso e aos seus interesses impôs nova mobilização de toda a Escola, desta vez, em torno da defesa intransigente da componente artística na formação do arquitecto, num contexto que tendia para o reforço da formação no domínio científico, reclamando-se a *autonomia disciplinar e condição interdisciplinar da Arquitectura*.

O Despacho proferido pelo Ministro da Educação e das Universidades, João Silva, no dia 20 de julho de 1982, no qual fixa a constituição da Comissão Instaladora da FAUP, composta por Fernando Távora, Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares, marca uma nova fase do processo de transição para a FAUP permitindo preservar um determinado entendimento sobre o ensino da arquitectura e de, a partir de uma lógica de continuidade e em respeito por uma história longa e na larga experiência acumulada, dar continuidade ao projecto pedagógico construído pela Escola, em particular, ao longo da segunda metade da década de setenta.

Do intenso debate ocorrido, designadamente nos dois encontros realizados em junho | julho e outubro | novembro de 1983, intitulados, ***Quatro mesas redondas sobre o ensino da Arquitectura e O Ensino da Arquitectura***, respetivamente, resulta a definição de uma Estrutura Orgânica do Curso de Arquitectura da FAUP, fixada na Portaria n.º 815/84, que viria a ser publicada no dia 20 de outubro de 1984.

Apesar das reformulações que, entretanto, pontualmente, foram sendo introduzidas ao Plano de Estudos, a mais significativa transformação ocorreu, no contexto do processo de Bolonha, com a implementação do novo Plano de Estudos do Mestrado Integrado em Arquitectura [MIArq], estruturado em dois ciclos com base no sistema europeu de transferência e acumulação de créditos ECTS, e que entrou em vigor a partir do ano letivo 2008 | 2009. Pretendia-se, no quadro da União Europeia, uma mudança de paradigma assistindo-se à passagem de um sistema de ensino assente na transmissão de conhecimento para um sistema assente na aquisição de competências, assim como à aposta no alargamento do espaço de formação além-fronteiras ganhando uma escala internacional, que se viabilizou através da implementação de programas de incentivo e financiamento à mobilidade.

A par das transformações ocorridas na FAUP, desde a sua criação até à contemporaneidade, assistiu-se a um conjunto de acontecimentos que provocaram uma profunda transformação do ensino da arquitectura em Portugal, em particular no Norte do país, com a criação de diversos novos cursos que importa mapear e sobre os quais importa refletir.

*

Após oito anos de intensas, difíceis e complexas negociações iniciadas em 1977, com a assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia [CEE], no dia 12 de junho de 1985 tem início um processo de progressiva e profunda reconfiguração da sociedade portuguesa, que vai abrir novas possibilidades e colocar novos desafios ao exercício da arquitectura e ao seu ensino. Com efeito, a aposta num futuro de progresso e de modernidade capaz de ampliar perspetivas de desenvolvimento, como desejava e afirmava Mário Soares seu principal impulsionador, passou em Portugal por uma aposta na qualificação da sua população aumentando o seu grau de escolaridade, pela estratégia de descentralização do ensino superior e abertura do ensino superior ao sector privado, com a autorização de criação de diversas Universidades Privadas. Como resposta, assistiu-se a uma 'explosão' do número de Universidades Públicas e Privadas no país. No Norte do país emergiu uma nova constelação que importa mapear.

Neste contexto, importa desde logo referir que, na verdade, no Porto, ainda antes destes acontecimentos, já **em 1981**, Eduardo Calvet de Magalhães, Rolando Sá Nogueira e Arnaldo Araújo entram em rutura ideológica com a ESBAP, com base num diferente entendimento sobre o problema do ensino superior artístico, ao qual está associado uma diferente conceção da formação artística, que vão explorar através do intitulado **Projecto**

Pedagógico Alternativo Árvore. Por exigências legais, em 1982 o curso de Arquitectura passa a ser lecionado na Cooperativa de Ensino Superior Artístico Árvore I, alterando a sua denominação posteriormente, em 1989, para Escola Superior Artística do Porto.

Em 1987, por iniciativa do então Ministro da Educação e Cultura, João de Deus Pinheiro, com o apoio do Reitor da Universidade do Porto, António Amaral, da FAUP, do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Manuel Engrácia Carrilho e da Santa Casa da Misericórdia que cedeu as instalações, criaram-se condições para levar para Viseu uma extensão do 1.º e 2.º anos do Curso de Arquitectura da FAUP, **designada Unidade Pedagógica de Viseu [FAUP-UPV]**. Uma mudança de conjuntura política e o incêndio ocorrido no final do ano letivo 1991 | 1992, ditou o fim da breve experiência de descentralização do ensino da arquitectura, que tendo tido início no ano letivo 1987 | 88, com o funcionamento apenas do 1.º ano do curso, se limitou a um período de funcionamento de apenas 4 anos.

Criado em 1988, o **Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [DArQ FCTUC]** marca o primeiro momento de descentralização do ensino público da arquitectura, relativamente aos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto e a primeira Escola criada no seio da Universidade Pública.

Entretanto, em 1987, com a criação da **Universidade Lusíada - Norte** que passa a integrar em ambos os campus, do Porto e de Vila Nova de Famalicão, no ano letivo 1989 | 90, o curso de Arquitectura, assiste-se a um momento chave, na medida em que o ensino da arquitectura passa para a esfera das instituições privadas que lhe imprime novo sentido e, sobretudo, escala. Das reestruturações ocorridas resulta a criação em 1991 da unidade orgânica denominada Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto na qual passa a ser ministrada formação na área da arquitectura, mas também na área das Artes Plásticas e Multimédia e Design.

Posteriormente, em 1996, assistiu-se à criação do **Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho [DAA UM]**, que ficou integrado na Escola de Engenharia da mesma Universidade e foi instalado no Campos de Azurém, em Guimarães. O DAA UM deu entretanto lugar à criada Escola de Arquitectura da UM e, mais recentemente, passou a assumir a designação de Escola de Arquitectura, Artes e Design. O Plano de estudos definido foi naturalmente contaminado pela cultura arquitectónica que se respirava no Porto e pela sua herança pedagógica, uma vez que o seu corpo docente foi constituído por um conjunto de professores e ex-alunos da FAUP, tendo-se adaptado a circunstâncias específicas, designadamente à estratégia da Reitoria de apostar num curso com uma forte componente técnica.

O Mapa das Escolas de Arquitectura no Norte do país fica concluído com a criação do **Departamento de Arquitectura da Universidade Lusófona do Porto, em 2012**, sob a direcção de Pedro Ramalho, que convida um conjunto de ex docentes e antigos alunos da FAUP a integrar o corpo docente do novo curso e constrói um Plano de Estudos que assume os princípios e assenta numa prática pedagógica que revelam uma desejada e assumida aproximação à FAUP.

*

O confronto dos Planos de Estudos à data de criação de cada um dos cursos de Arquitecturas das diferentes Escolas e dos Planos de Estudos atuais possibilitam diferentes leituras, designadamente sobre o modo como progressivamente cada Escola procurou integrar e equilibrar as diferentes áreas de formação, ora valorizando a componente de formação artística, ora valorizando a componente de formação humanista ou técnica, sem deixar de integrar as exigências do sistema universitário, procurando explorar maior proximidade ou afastamento relativamente à FAUP, num quadro de maior competitividade no qual se impõe a cada Escola o reforço da sua posição e identidade.